Resenha do texto ABREU, Mauricio de. Geografia História Do Rio de Janeiro (1502-1700) Volumes 1 E 2. Rio de Janeiro. Ed: Andrea Jakobsson. 2011.p.35-150 Mauricio Abreu nasceu no Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1948, em uma família de classe média. Seu avô era um advogado e historiador que durante 50 anos, trabalhou no Arquivo Público do Estado de São Paulo e escreveu toda a história do litoral paulista. O pai era contador e trabalhava para uma empresa estadunidense de publicidade, J. Walter Thompson, falava inglês e latim, pois inicialmente tencionara ser padre. A mãe era dona de casa. Formada em piano pelo Conservatório de Música paulista, falava francês. Fez o curso primário em escola particular, mas completou o antigo ginásio e o 2º grau no Colégio Dom Pedro II, . fez o vestibular de Letras da UFF, que mais tarde abandonou. Dois meses após ter passado em Letras, fez o vestibular de Geografia, em que foi aprovado em 1º lugar, em 1967. Em 1968, foi aluno de Lysia Bernardes, que o indicou para o IBGE onde fez estágio, Foi aluno, entre outros professores, de Maria do Carmo Corrêa Galvão e Bertha Becker, além da geógrafa urbana Maria Therezinha de Segadas Soares. No início de sua carreira contou ainda com o apoio dos geógrafos Lysia e Nilo Bernardes. Seu primeiro trabalho, no terceiro ano de graduação, foi sobre "As causas do Crescimento Urbano recente de Itaboraí-Venda das Pedras", ao lado de Maria do Socorro Diniz, e publicado no Boletim Carioca de Geografia. Na época, trabalhou também como estagiário no IBGE. Terminou a licenciatura em Geografia em 1970, quando ingressou como estagiário e depois como geógrafo no Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). Em 1972, sob inspiração dos debates da Conferência da ONU para o Meio Ambiente, em Estocolmo, produziu pelo IBAM seu primeiro livro, "Sistema Urbano de Conservação do Meio Ambiente". Realizou estudos de pós-graduação na Ohio State University, onde finalizou o Mestrado (M.A., 1973) e o Doutorado (Ph.D., 1976), retornando ao Brasil como um dos mais jovens doutores em Geografia, aos 27 anos. Em 1977, foi contratado como professor colaborador na UFRJ (tornando-se professor visitante em 1979 e titular em 1997) e trabalhou em pesquisa coordenada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos no IBAM. Foi quando começou seu interesse pela geografia histórica do Rio de Janeiro, ao pesquisar sobre políticas públicas desde o século XIX. Em 1978 participou de mesa-redonda sobre Geografia Urbana no Congresso da AGB em Fortaleza, ao lado de Milton Santos, recém

2

retornado ao Brasil, fato que representou uma mudança na sua perspectiva de Geografia, incorporando sua abordagem crítica. Isto se reflete no seu primeiro grande trabalho, "Evolução Urbana do Rio de Janeiro", cuja produção foi desenhada em 1978, mas que somente seria

publicado em 1987. Em 1984 foi professor visitante na University of Central Florida. Em 1993 e 1994 realizou estágios de pós-doutorado na Alemanha (Universidade de Tübingen) e na França (Institute de Recherche des Sociétés Contemporaines). Tornou-se pesquisador 1 A do CNPq, onde ocupou ainda o cargo mais importante em sua área, como representante da área de Geografia Humana. Também foi indicado por seus pares como representante da Geografia junto ao comitê avaliador da pós-graduação na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Publicou vários trabalhos, no Brasil e no exterior, na forma de livros – especialmente "Evolução Urbana do Rio de Janeiro" (já em sua 4a edição), "Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro" (1992) e "Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações" (2005). Este último foi elaborado em conjunto com sua equipe de trabalho, grupo que se consolidou como o Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica, o mais importante da área no Brasil, com a formação de vários mestres e doutores. Fez parte do Grupo de Estudos Urbanos, responsável pela publicação da revista Cidades, e foi pesquisador da FAPERJ. Seu último e maior trabalho, "Geografia Histórica do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII" (2010, em 2 volumes), recebeu, em abril de 2011, o Prêmio Milton Santos concedido pela ANPUR (Associação Nacional de Pósgraduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) e foi também eleito o Melhor Livro do Ano em Ciências Sociais e História pela Academia Brasileira de Letras, em julho de 2011. Recebida com grande louvor, a obra representa uma enorme contribuição, inédita, à Geografia e à História não apenas da cidade do Rio de Janeiro e do entorno da baía de Guanabara como também do próprio Brasil colonial como um todo, na medida em que o Rio de Janeiro começava a se consolidar, gradativamente, como núcleo de referência política e econômica no conjunto da Colônia. Este minucioso trabalho com fontes primárias até então desconhecidas, realizado em inúmeros arquivos, em países como Portugal e Itália (Vaticano), trouxe resultados que transformam substancialmente algumas das interpretações historiográficas tradicionais sobre o Rio de Janeiro nos dois primeiros séculos de sua colonização. O Instituto Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro criou o Prêmio Mauricio de Almeida Abreu para melhores teses de doutorado e

3

dissertação de mestrado. A ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia concedeu seu nome ao prêmio de melhor tese. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro deu o nome de Rua Mauricio de Almeida Abreu a um logradouro localizado no bairro de Pedra de Guaratiba. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro concedeu a Mauricio Abreu o

conjunto de medalhas de mérito Pedro Ernesto, em março de 2011. Maurício faleceu em 09 de junho de 2011, no Rio de Janeiro.

Observamos que estes textos giram em torno de oito capítulos, que narram à historiografia das divergências do nome do rio de janeiro, sua contradição com as fontes provenientes de relatos, pesquisas, falsas informações apresentadas, as façanhas de Villegagnon, os conflitos religiosos franceses a conquista da Guanabara e conflitos territoriais entre Portugal, França, e índios corsos marítimos.

1º. “Contatos e aproximações” começa pela confusão “rio de Janeiro”. Em seguida o autor comenta a feitoria do “cabo Frio”. O capítulo é concluído com as disputas com os franceses e os antecedentes da fundação da cidade.

2.º o interessante título de “A França Antártica: um território que não foi”, quando o autor comenta a presença francesa nessa parte do litoral da América do Sul. Destaca as fontes utilizadas; a expedição de Villegagnon; as lutas pela posse da ilha e do forte de Coligny; a questão religiosa (porque os franceses eram, em sua maioria, protestantes); e a dependência dos franceses aos indígenas. 3º. “A conquista da Guanabara” é dos mais importantes. Começa pela discussão do papel do indígena; do desafio do território ocupado pelos franceses; do fim da “França Antártica” em 1560 e os pontos nebulosos sobre os eventos do período. Em seguir trata da fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565 O autor destaca que o Rio de Janeiro já teria sido fundado como cidade real.

4º. “A derrota do indígena e a confirmação da conquista”. Ou seja, após os franceses, o combate se volta contra os índios considerados inimigos. Nota o significado dos aldeamentos; a guerra justa e os “descimentos” dos indígenas para os aldeamentos; a guerra do governador Salema na qual resultou no extermínio dos tamoios. Segue pelas entradas no sertão para resgate

de mais índios; da concessão de terras para os aliados índios términos na área da atual Niterói; a implantação dos primeiros aldeamentos.

5°. A concessão de sesmarias e expansão do povoamento. Este é um capítulo eminentemente geográfico, que começa comentando as sesmarias, a transposição do sistema para o Brasil e do método utilizado para o levantamento das fontes. Quando o autor comenta as primeiras sesmarias concedidas, pode ser destacado um primeiro mapa que localiza as sesmarias concedidas no período 1565-1566, com suas áreas representadas em círculos em torno da baía da Guanabara.

6°. terras da Câmara e sua ocupação. Começa pela discussão dos patrimônios municipais e do patrimônio territorial concedido a Câmara do Rio de Janeiro à cidade em três doações. Detalha a ocupação das terras da Câmara a seguir, comenta os barreiros (para a produção de telhas, louças e tijolos) e palames (curtição do couro). Passa a seguir a examinar os primeiros engenhos de açúcar, com mapa indicando os engenhos e pastos em torno da lagoa Camambucaba (atual Rodrigo de Freitas), seguindo pelo comentário da ocupação do vale do Carioca pelas atividades agrícolas. Destaca ainda o Engenho Pequeno, de difícil localização. O capítulo é terminado com uma conclusão provisória sobre a administração das terras da Câmara.

7°. O patrimônio das ordens religiosas. Começa pelas terras da poderosa Companhia de Jesus e suas dificuldades iniciais; a primeira concessão de terras (Iguaçu) e o aproveitamento das terras pelos jesuítas. As terras do vale do Macacu são comentadas, com a apresentação de quadro com as alienações realizadas pelos jesuítas desde 1580 até 1659. Conclui com as terras da fazenda de Santa Cruz. Passa a comentar o patrimônio fundiário dos beneditinos, com apresentação de quadro das sesmarias concedidas ao Mosteiro de São Bento entre 1590 a 1651 e da evolução do patrimônio fundiário da ordem no vales do Guaguaçu e Inhomirim, desde 1591 a 1681. O patrimônio dos carmelitas também é tratado, com apresentação de quadros sobre suas sesmarias no período 1594 a 1669 e das suas principais propriedades, entre 1594 e 1707. O capítulo é concluído com uma discussão sobre os controles das terras das ordens religiosas

8°. Conflitos por causa da posse do território. Começa pela discussão da retomada de terras que não estavam sob comando da Coroa. Que segue com vários conflitos com a capitania de São Vicente e capitania de Cabo Frio, quando apresenta quadro com a listagem dos Terrenos sem

culturas ou abandonado (sesmarias) concedidas nessa última capitania no período de 1576 a 1682 e de quadro das doações feitas pelos Tenentes Locais das capitanias do sul de São Paulo e do Rio de Janeiro, no ano de 1566 a 1698. Esclarece a seguir, as intrusões da Câmara do Rio na área da propriedade imóvel livre de foros da cidade (alodial), quando apresenta quadro com as sesmarias concedidas pelos governadores nas terras da Câmara, entre 1565 a 1679, seguida de quadro das sesmarias de chão concedidas no período 1688 a 1739. Uma parte importante do

5

capítulo trata do conflito entre a Câmara e a Companhia de Jesus, que vão desde a demarcação das terras jesuíticas de Iguazu, das tentativas de medição das terras da Câmara (com a demarcação definitiva realizada em 1753) e com a identificação do ribeiro posteriormente chamado Catumbi. O capítulo é concluído com comentários sobre outros conflitos de propriedade e sobre a disputa sobre os terrenos de manguezais, na qual estavam também envolvidos os jesuítas. No capítulo nono o autor passa a discutir “As malhas de controle territorial”, quando examina a difusão das capelas e patrimônios religiosos como formas de apropriação do território. Em seguida comenta a multiplicação de freguesias, quando apresenta quadro com os senhores de engenho relacionados na fundação de três freguesias em torno de 1645 e de 24 freguesias curadas ou coladas estabelecidas no período de 1569 a 1699, assim como da sua localização em um mapa, juntamente com os caminhos reais. Outros elementos de controle são destacados: as tropas de linha e os distritos de sobreo regulamento militar, com quadro apresentando 17 distritos no final do século XVII; Grupo de vinte juízes, nas aldeias de vizinhos; dos capitães do mato, no controle da população escrava e dos quadrilheiros urbanos, antecessores dos guardas urbanos. O capítulo é concluído com o comentário sobre os controles crescentes no final do século XVII, devido à descoberta de ouro nas minas, incluindo a relação dos novos fortes construídos pela Coroa. O último capítulo da segunda parte e do primeiro volume, o 10º, é sobre a formação da sociedade colonial fluminense. um dos mais interessantes. Começa pelo crescimento da população, com apresentação de quadro comparativo entre as diferentes capitanias, vilas e cidades, citando Passa para a “nobreza da terra”, sobretudo os senhores de engenho, com seus privilégios. Uma parte maior é dedicada aos oficiais mecânicos, com a discussão do sistema corporativo em Portugal, dos ofícios mecânicos no século XVII, incluindo um quadro com os grupos artesanais que elegeram juízes e escrivães de ofício entre 1636 e 1649. Outro quadro importante é o que lista de 39 ofícios mecânicos identificados no período de 1601 a 1700. Outro grupo que requereu um longo relato foi o dos cristãos-novos, com comentários desde o contexto da Península Ibérica, seguida pela

situação no Rio de Janeiro no século XVII, com comentário das primeiras animosidades e das perseguições dos marranos fluminenses, quando é apresentado um quadro com informações dos familiares da Inquisição que atuaram no Rio de Janeiro nos séculos XVII e início do XVIII. O capítulo é concluído com o exame dos mercadores e homens de negócio, colocando em destaque as escrituras assinadas por baixo por negociantes no período de 1674 a 1710.

6

Por Airton Cesar da Silva- Matrícula 201581238-Acadêmico Curso de História- Faculdades Integradas Simonsen RJ.

Bibliografia.

ABREU, Mauricio de. Geografia História Do Rio de Janeiro (1502-1700) Volumes 1 E 2. Rio de Janeiro. Ed: Andrea Jakobsson. 2011.p.35-150.

Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara sécs. XVII e XVIII.
<http://mauricioabreu.com.br/biografia.php>.